

# Introdução

## Questões e objectivos

O conhecimento que hoje existe sobre a história dos cabidos catedra-  
lícios portugueses da época moderna é muito limitado. Nem a historio-  
grafia positivista do século XIX e parte do século XX, nem a das últimas  
décadas se tem interessado sobre estas instituições eclesiásticas diocesa-  
nas.<sup>1</sup> Tal lacuna não é, porém, um exclusivo português. Se em Espanha  
têm surgido inúmeros estudos monográficos abordando variados aspec-  
tos relacionados com a história social, cultural, económica e institucional  
dos cabidos das catedrais, pouco se conhece da realidade francesa ou até  
italiana.<sup>2</sup> Um desinteresse para o qual é difícil encontrar uma explicação

---

<sup>1</sup> Foram sobretudo clérigos os autores que legaram informações de alguma utilidade: Francisco de Santa Clara, *Índice dos chantres da sé d'Elvas...* (Elvas: Typ. Elvense, 1887); Francisco de Santa Clara, *O deado da sé d'Elvas* (Elvas: António José Torres de Carvalho, 1905); Arthur Távora, *Dignatários da Sé de Braga-Primaz dos séculos XVII e XVIII com extractos genealógicos dos respectivos processos* (Lisboa: Tipografia dos Combatentes da Grande Guerra, 1938); António F. Pinto, *O cabido da sé do Porto. Subsídios para a sua história* (Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1940); José de Castro, *Bragança e Miranda (Bispado)*, 2 vols. (Porto: Tipografia Porto Médico, 1946-1947); Mário Augusto, «O Cabido Portucalense e a Restauração» (tese licenciatura em História, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1969); A. Luís Vaz, *O Cabido de Braga, 1071 a 1971* (Braga: ed. José Dias de Castro, 1971); Manuel G. Costa, *História do bispado e cidade de Lamego* (Lamego: Oficinas Gráficas Barbosa e Xavier, 1977-1992); Anacleto Martins, *O cabido da sé de Portalegre. Achegas para a sua história* (Portalegre: Cabido da sé de Portalegre, 1997). Para além destes, e num outro registo: José Pedro Paiva, «As relações entre o Estado e a Igreja após a Restauração. A correspondência de D. João IV para o cabido da Sé de Évora», *Revista de História das Ideias*, 22 (2001): 107-131.

<sup>2</sup> Para Espanha veja-se por exemplo: Rafael Vazquez Lesmes, *Córdoba y su cabido catedralicio en la modernidad* (Córdoba: Publicaciones del Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, 1987); Pedro Fatjó Gomez, «Aproximación a una élite institucional de la Catalunya moderna: los capitulares de la seo de Barcelona en el siglo XVII», *Pedralbes*, 13-II (1993): 149-161; Julian Montemayor, «Municipalité et chapitre cathédral au coeur de

satisfatória, já que a um maior e melhor conhecimento dos cabidos e do seu clero corresponderá não só uma maior compreensão das estruturas diocesanas, mas também da sociedade em geral.

Com o presente trabalho pretende-se, pois, contribuir para o colmatar deste silêncio historiográfico português, através do estudo de um dos vários cabidos diocesanos então existentes em Portugal. A escolha recaiu no cabido da Sé de Coimbra, cidade onde se localizava uma das duas universidades existentes no reino e um dos três tribunais do Santo Ofício, cuja jurisdição abrangia, *grosso modo*, todo o norte de Portugal. Mas a verdade é que se poderia ter optado por qualquer um dos cabidos, já que todos se encontram por estudar e todos merecem ser melhor conhecidos. Reconheço, porém, que na minha escolha pesou o facto de a documentação do cabido de Coimbra se encontrar num arquivo público e de estar razoavelmente inventariada, elementos importantes para que o projecto fosse concluído no tempo disponível.

Iniciar-se-á a análise em 1620, ou seja, após a prisão e condenação, por parte do Santo Ofício, de alguns dos capitulares de Coimbra e a introdução, como requisito de acesso, da realização de diligências para provar a limpeza de sangue, o que representou a existência de um filtro de acesso comum que seleccionava e conferia uma plataforma base de homogeneização do grupo. Como data final estabeleceu-se o ano de 1670, quando terminou a longa sede vacante que se seguiu à Restauração, com a posse do novo bispo de Coimbra, D. Manuel de Noronha.

Muitas são as questões para as quais se poderia procurar resposta. Ainda que sem prescindir de uma aproximação ao quadro institucional

---

l'ascension sociale à Tolède (1521-1700)», in AAVV, *Pouvoirs et société dans l'Espagne moderne* (Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1993), 67-76; Rafael Marín Lopez, *El Cabildo Catedral de Granada en el siglo XVI* (Granada: Universidad de Granada, 1998); Pedro Fatjó Gomez, «La formación cultural del clero en la Cataluña del XVII: la clerecía catedralicia de Barcelona», in *Historia moderna, historia en construcción*, vol. 2, ed. C. Martínez Shaw, 103-127 (Lleida: Editorial Milenio, 1999); Ramón Sánchez González, *Iglesia y sociedad en la Castilla Moderna: el Cabildo catedralicio de la Sede Primada (siglo XVII)* (Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, Excmo. Ayuntamiento de Toledo, 2000); Antonio Irigoyen López, *Entre el Cielo y la Tierra, entre la familia y la institución. El Cabildo de la Catedral de Murcia en el siglo XVII* (Murcia, Universidad de Murcia, Servicio de Publicaciones, 2001). Para França e Itália: Georges Viard, «Les chanoines de Langres au XVII siècle: recrutement, origines, fortunes», *Annales de l'est* (1976): 87-138; Philippe Loupès, *Chapitres et chanoines de Guyenne aux XVII et XVIII siècles* (Paris: Ed. de l'École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1980); Olivier Charles, *Chanoines de Bretagne: Carrières et cultures d'une élite cléricale au siècle des Lumières* (Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2004); Sergio Perini, «Una controversia giurisdizionale tra vescovo e canonici di Verona nell'età della controriforma», *Ricerche di storia sociale e religiosa*, 53 (1998): 89-97.

da comunidade capitular, optou-se por, sobretudo, direccionar o inquérito para o âmbito de uma história social do clero. Assim, ao mesmo tempo que se procurará perceber como é que o cabido se organizava, para que servia ou a que mudanças esteve sujeito durante o período em estudo, interessará identificar quem eram os indivíduos que o compunham: qual a sua origem social, de onde vinham, que estudos faziam, como alcançavam um lugar no cabido. Ou seja, pretende-se conhecer a instituição e os homens que a constituíam.

No primeiro capítulo importa compreender como é que o cabido funcionava, as suas competências e orgânica interna (número de capitulares e hierarquia), já que ele constituía a estrutura que acolhia os indivíduos que se pretendem analisar. Do mesmo modo, se se pretende uma história social do clero capitular, não se poderá ignorar o seu papel na sociedade, até porque o factor de pertença a um mesmo grupo não é simplesmente fruto de uma série de privilégios de que todos beneficiavam, mas sim por partilharem uma mesma função social e religiosa, que legitima esses mesmos privilégios.

No segundo capítulo serão analisados os requisitos de acesso ao cabido, aferindo o peso que diversas instituições (Santa Sé, bispo, cabido, monarca/Universidade de Coimbra) tinham nas nomeações de capitulares sempre que ocorria uma vacatura. Mas existiam vias alternativas de acesso à instituição, através de, por exemplo, coadjutorias e resignações. Que peso tinham estas formas de acesso, que de certo modo escapavam ao controle das instituições, é uma importante questão a que se procurará dar resposta. E, talvez, surja aqui a oportunidade de perceber, pelo menos parcialmente, o papel desempenhado pelo capitular sempre que outros elementos da sua família pretenderam, também, um lugar no cabido.

Ainda que este não seja um estudo de história económica, só será possível compreender a maior ou menor atracção exercida pelo cabido de Coimbra se se conhecer o valor das rendas que era possível receber. Assim, no terceiro capítulo, arriscar-se-á uma aproximação aos rendimentos auferidos pelos capitulares, sem esquecer as diferenças existentes, a este respeito, no interior do próprio grupo. Além disso, identificar-se-ão possíveis funções que eles acumulavam com o lugar na catedral e averiguar-se-á de que forma, pelo menos alguns deles, aplicavam os seus rendimentos.

Finalmente, o quarto capítulo incidirá sobre a proveniência geográfica e a origem familiar e social de cada capitular. Sendo este um estudo propográfico, procurar-se-á, também, elaborar um quadro das carreiras individuais dos capitulares: que cargos, funções ou actividades desempe-

nharam antes de serem capitulares, durante a sua permanência na Sé e, até, depois de a abandonarem. Seria o cabido objectivo final daqueles que buscavam a ascensão social, ou constituiria apenas mais um degrau nessa ascensão? E para aqueles que já se encontravam no topo da hierarquia social, serviria apenas para manter um estatuto que já existia? Enfim, uma série de questões que, sem dúvida, se relacionam não só com estratégias individuais, mas também familiares, e para as quais não é fácil apresentar respostas satisfatórias, já que nem sempre foi possível realizar, para estes eclesiásticos, um enquadramento socio-familiar com o pormenor necessário que permitisse conduzir a conclusões sólidas.

## **Fontes e metodologia: breves reflexões**

Para o estudo do cabido coimbrão na época moderna existe hoje, no Arquivo da Universidade de Coimbra, um núcleo documental bastante rico e diversificado. Procurou-se ainda identificar documentação relacionada com o cabido e, em particular, com os seus membros, produzida por outras instituições, como por exemplo o Santo Ofício ou a Misericórdia. Tal impôs-se sobretudo porque no decorrer da investigação me fui apercebendo que pelo menos alguns capitulares se movimentavam noutros âmbitos institucionais e sociais. Tal diversidade documental veio, portanto, enriquecer o presente trabalho, desde logo porque permitiu uma maior aproximação aos indivíduos em estudo.

Para responder a todas as questões relacionadas com o funcionamento do cabido e às actividades litúrgicas e cerimoniais dos eclesiásticos que o compunham, recorreu-se, como fontes principais, às produzidas pelo próprio cabido, em particular os estatutos, que indicavam a norma a observar; os livros de acórdãos, onde se registavam os problemas suscitados sempre que não se cumpriam integralmente as obrigações enunciadas nos estatutos; e os livros de visitas dos bispos à Sé, que complementam as outras duas tipologias documentais, dado o seu carácter correctivo a partir de uma entidade de certo modo externa ao próprio cabido. A riqueza informativa dos livros de acórdãos pode ser comparada com a das actas de vereação dos municípios, pois neles se registavam todos os problemas discutidos nas reuniões capitulares (não cumprimento das obrigações individuais dos capitulares, pedidos de dispensa de residência...), as decisões tomadas, as acções desenvolvidas pelo cabido (participação em procissões, dádivas de esmolas, empréstimo de ornamentos...), a cópia de cartas recebidas e resposta às mesmas, entre outros assuntos. Contudo, como fonte qualitativa

que é, não permite aferir a intensidade dos fenómenos que regista, mas apenas indica tendências. Além disso, nem sempre nos informa do desfecho de problemas levantados em determinada ocasião ou é suficientemente clara e/ou pormenorizada quando aborda determinado assunto. Mas o principal problema levantado por esta fonte surge no contexto da sede vacante que se segue à Restauração. Como se verá, durante este período assiste-se a um quebra do número de actas, relacionada com o decréscimo de reuniões capitulares. Na verdade, o mesmo vazio informativo surge com a inexistência de visitas pastorais durante aquele período. Aliás, se se exceptuar a visita realizada pelo bispo em 1626, e tendo em atenção que a de 1630 é parca em informação, não foram identificadas outras visitas, o que se relacionará ou com o facto de não se ter realizado visita pelo prelado, ou então por esta se ter efectuado mas não ter chegado até nós qualquer registo (por não ter sido feito ou por se ter perdido). Apesar destas limitações, é possível apresentar uma ampla descrição do funcionamento do cabido, sobretudo no que se refere às obrigações dos capitulares, aspecto que aqui interessa em particular.

No segundo capítulo estudar-se-á, como se referiu, os requisitos e modos de acesso ao cabido. Para se observar o primeiro aspecto, importa ter em conta o que se poderá designar de documentos normativos: os decretos do Concílio de Trento, as constituições sinodais e os estatutos do cabido. Contudo, mais do que a descrição dos requisitos enunciados nestes textos, pretende-se aferir o seu grau de cumprimento por parte daqueles que entravam no cabido. Tal não foi totalmente conseguido, já que todas as fontes consultadas raramente oferecem indicações sobre a idade ou as ordens eclesiásticas que cada candidato possuía. Quanto à formação académica, foi possível apresentar algumas conclusões, através da simples consulta do ficheiro das matrículas da Universidade de Coimbra, existente no arquivo desta universidade. Foram também identificados aqueles que frequentaram os colégios seculares de S. Pedro e de S. Paulo através das suas «Memórias».<sup>3</sup> Ainda para completar o nosso conhecimento a respeito da frequência da Universidade e/ou dos seus colégios, consultou-se as *Memoria Professorum Universitatis Coninbrigensis*<sup>4</sup> e

---

<sup>3</sup> José Barbosa, *Memórias do Collégio Real de S. Paulo da Universidade de Coimbra e dos seus collegiaes e porcionistas...* (Lisboa: Joseph Antonio da Sylva), 1727; Manuel P. Silva Leal, «Catalogo Chronologico dos Collegiais e Porcionistas do Collegio de S. Pedro...», in *Colecção dos Documentos e Memórias da Academia Real de História Portuguesa*, tomo V, nº 30 (Lisboa Occidental: na Officina de Pascoal da Sylva, 1725).

<sup>4</sup> Manuel Augusto Rodrigues, dir., *Memoria Professorum Universitatis Coninbrigensis*, vol. 1 (1290-1772) (Coimbra: Arquivo da Universidade, 2003).

a *Bibliotheca Lusitana*,<sup>5</sup> já que alguns capitulares foram lentes da Universidade e/ou publicaram algumas obras. Quanto ao estudo dos motivos de vacatura dos benefícios na catedral, bem como das formas de acesso ao cabido, recorreu-se, uma vez mais, aos livros de acórdãos, já que aqui se registavam, de forma sistemática e sem lacunas (que tenham sido identificadas) os provimentos dos novos beneficiados. Visto que quer a Universidade, quer a Mesa de Consciência e Ordens, estavam envolvidas em alguns provimentos de benefícios, percorreu-se os inventários dos fundos destas instituições, mas sem resultados significativos.

Embora não sendo objectivo deste trabalho estudar a administração económica do cabido, sentiu-se a necessidade de uma aproximação a esta realidade de forma a perceber-se um pouco melhor a distribuição das rendas pelos capitulares, questão que interessava abordar. Assim, foram consultadas diversas tipologias documentais relacionadas com a organização económica da instituição. As que diziam respeito à distribuição das rendas pelos capitulares foram estudadas e analisadas com um pouco mais de profundidade, destacando-se os livros de mesadas, de procissões e pitanças e de terradegos. Para as outras, consultaram-se apenas alguns livros de cada tipologia, de forma a identificar o seu conteúdo e finalidade. Entre esses livros contam-se os de foros, de capões, de receita das pensões em azeite, das rendas da massa/ordinárias/terças, de pensões e censorias, do celeiro, de receitas e despesas e das festas dos beneficiados. Na verdade, apenas interessou perceber de que forma se efectuava a distribuição de géneros pelos capitulares. Para tal, seleccionou-se apenas um ano económico que servisse como exemplo. Tal seria simples, se todos aqueles livros obedecessem a uma organização idêntica, o que não acontece. Por exemplo, enquanto alguns livros apresentam uma contabilidade anual, como os das mesadas ou os do celeiro, noutros, como os das rendas da massa (dízimos), repartiam-se rendimentos de quatro em quatro anos. No caso dos de terradegos até nem existiria um intervalo regular, havendo várias distribuições ao longo de cada ano.

Assim, a inexistência de qualquer estudo sobre o património do cabido acabou por limitar, mas não impedir, a análise. Na verdade, as fontes disponíveis tornam possível estabelecer uma aproximação aos níveis de rendimento obtidos pelos capitulares, o que é o objectivo principal deste capítulo. Seria importante comparar os níveis das rendas recebidas pelos

---

<sup>5</sup> Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana: histórica, crítica e cronológica* (Lisboa: Antonio Isidoro da Fonseca, 1741-1759) [Publicado em CD-ROM: *Bibliotheca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998].

capitulares de Coimbra com os de outras dioceses, mas dada a inexistência de estudos idênticos, tal é, de momento, impossível.

Por fim, se se pretende observar os capitulares para além dos muros da Sé, não se poderia ficar restringido à informação produzida no âmbito da administração do cabido. De modo a conhecer de que forma alguns dos capitulares investiram o seu património pessoal (compras/vendas, arrendamentos, empréstimos...), resultante não só das rendas recebidas pelo seu benefício, mas também de outras actividades que exerciam em simultâneo, recorreu-se aos livros de notários de Coimbra.

Para o estudo da proveniência social e geográfica dos eclesiásticos, as inquirições *de genere* surgem como fonte essencial. Utilizadas para aferir a limpeza de sangue do candidato, obedeciam a um questionário previamente determinado, o que faz delas, deste ponto de vista, uma fonte homogénea, fornecendo informações sobre a origem geográfica do novo capitular e seus ascendentes, bem como ajudam a caracterizar socialmente a sua família, quando indicam profissões ou cargos desempenhados pelo pai, avós e, em alguns casos, de outros familiares, como tios, primos ou irmãos. Contudo, a maior ou menor riqueza informativa dependeria, por exemplo, de quem era o responsável por realizar o inquérito ou das testemunhas que intervêm. Além das inquirições realizadas no momento de entrada no cabido, e depois de identificar os capitulares que fizeram parte de outras instituições que também exigiam limpeza de sangue, foram consultadas, sempre que existiam, inquirições *de genere* do Santo Ofício, Misericórdia, Colégio de S. Pedro e Câmara Eclesiástica de Lisboa (neste último caso pesquisando apenas os indivíduos que eram naturais daquela diocese e que, portanto, aí poderiam ter recebido ordens sacras). Restringindo a pesquisa aos cônegos doutorais (já que alguns deles poderiam ter exercido funções nos tribunais superiores do reino), foram consultados, na Torre do Tombo, os inventários da Leitura de Bacharéis, mas com um sucesso limitado.

Contudo, se estes inquéritos quase sempre dão respostas, de forma satisfatória, quanto à origem geográfica dos capitulares, nem sempre oferecem indicações acerca das profissões ou cargos desempenhados pelos pais e avós. Por vezes surgem mesmo expressões relativamente vagas, apontando para a «nobreza» da família, mas sem outros elementos que a permitam caracterizar de forma mais precisa. Por outro lado, são quase inexistentes aquelas em que surgem indicações sobre a idade, ordens eclesiásticas e a formação académica do novo capitular. De referir ainda que o «livro de capitulares defuntos», cujos registos se iniciam em 1641, além de indicar a localidade onde os capitulares faleceram, menciona a naturalidade dos mesmos, o que, juntamente com as inquirições *de genere*,

possibilitou o conhecimento da proveniência de quase todos os capitulares providos entre 1620 e 1670.

Para acompanhar as carreiras destes indivíduos não existe, como se imaginará, uma única fonte que trace o seu percurso. Para os capitulares que foram lentes da Universidade de Coimbra existem as biografias publicadas nas *Memoria Professorum Universitatis Coninbrigensis*, abrangendo, como se compreende, apenas um limitado número de indivíduos. Por outro lado, o conjunto de capitulares identificados nos inventários das chancelarias régias, e as breves informações contidas nos mesmos, coincidiram, em grande parte, com o que se encontra publicado naquela obra. Optou-se, por essa razão, por não consultar os documentos para os quais estes inventários remetem.

Além daquela obra, utilizaram-se, por exemplo, as listagens de «ministros» (deputados dos tribunais superiores, juizes de fora, corregedores...) que existem entre os manuscritos da Biblioteca Nacional. Na Torre do Tombo, no fundo da Inquisição, em particular através das habilitações do Santo Ofício tentou-se identificar aqueles que aí exerceram funções. No Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, além de um livro com inquirições *de genere*, consultaram-se os livros de «Documentos Antigos» que abrangem o período em estudo, de modo a identificar aqueles que foram irmãos desta instituição. A consulta de um «livro de acórdãos da mesa e do definitório» não revelou quaisquer registos sobre as relações cabido-Misericórdia ou, sobretudo, relacionados com possíveis problemas resultantes da presença dos capitulares, em simultâneo, em ambas as instituições. Mais uma vez não se ignoraram as informações publicadas em diversas obras, em particular na *Bibliotheca Lusitana* ou o *Catalogo dos Conegos Magistraes e Doutoraes*,<sup>6</sup> publicado em 1725, por Silva Leal, e que dá a conhecer outros cabidos por onde alguns dos capitulares de Coimbra passaram.

Para o cumprimento dos objectivos enunciados, além destas e de outras fontes, recorreu-se ao método prosopográfico (embora não o aplicando *tout court*), pretendendo-se, portanto, desenhar o retrato de um grupo. Traçando os percursos individuais de cada um dos 119 capitulares identificados, procurar-se-á observar se se trata de um grupo homogéneo, com origens e percursos comuns, ou se, pelo contrário, é heterogéneo.

---

<sup>6</sup> Manuel P. Silva Leal, «Catalogo dos conegos magistraes, e doutoraes, que a Universidade de Coimbra appresenta nas Sés deste Reyno», in *Colecção dos Documentos e Memórias da Academia Real de História Portuguesa*, tomo V, nº 28 (Lisboa Occidental: na Officina de Pascoal da Sylva, 1725).



Por outro lado, tais opções metodológicas não significam que se ignore o individual, até porque, de certo modo, cada indivíduo era portador de características únicas, relacionadas quer com o seu contexto familiar, quer com as suas carreiras.

Note-se ainda que, embora se privilegie o estudo dos capitulares providos entre 1620 e 1670, não serão excluídos aqueles que, embora tendo entrado antes de 1620, permaneceram na instituição após aquele ano. Assim, no primeiro capítulo, onde se aborda o funcionamento e actividades do cabido, ou no terceiro, onde se estuda a capacidade económica dos capitulares, pode encontrar-se capitulares que, por terem entrado no cabido antes de 1620, foram excluídos da análise desenvolvida no capítulo dois, que trata o acesso à instituição, e quatro, que traça o perfil social deste clero capitular.